

13-14/6/99 A 8
214

COMISSÃO

Defesa de solo indígena vira operação de guerra

ACOSTUMADA A REUNIÕES DE REDUZIDA FREQUÊNCIA, A OPOSIÇÃO SE SURPREENDEU NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA DIANTE DE LOBBY PARA ABRIR ÁREAS INDÍGENAS À EXPLORAÇÃO MINERAL

ROSELI GARCIA
SUCURSAL DE BRASÍLIA

A oposição precisou armar uma operação de guerra na quinta-feira para adiar a votação na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional do projeto de lei que autoriza a exploração mineral por empresas em área indígena. Depois de mais de uma hora de calorosas discussões e trocas de insultos, o líder do PT, José Genoíno (SP) — chamado para socorrer os oposicionistas por dispor de um arsenal quase imbatível de recursos para evitar votações — conseguiu adiar a análise da proposta por cinco sessões.

Relegada a reuniões amenas com a presença de um número reduzido de integrantes, a Comissão da Amazônia nunca teve um quorum tão

alto: 26 deputados assinaram a lista de presença. A comissão possui 25 titulares e outros 25 suplentes. Deputados como João Castelo (PSDB-MA), Ricarte Freitas (PSDB-MT), Carlos Cury (PPB-RO) e o Pastor Amarildo (PPB-TO), que nunca tinham ido à comissão antes participaram ativamente do debate de quinta-feira, o que irritou o deputado Paulo Rocha (PT-PA), contrário à votação do projeto.

“É claro que essa mobilização é apenas para votar o projeto na marra, significa uma maioria artificial”, reclamou Rocha, deixando João Castelo e Anivaldo Vale (PSDB-PA) irritados. Segundo o petista, os parlamentares defendiam a proposta para abrir as portas das terras indígenas às grandes mineradoras. Apenas no DNPM do Amazonas existem 1.246 requerimentos solicitando autorização para lavra e pesquisa mineral em terra indígena, informou a deputada Vanessa Graz-

ziotin (PC do B-AM).

Suplente que assumiu o mandato em abril, Carlos Cury chegou a ser deselegante com Genoíno: “Somos quase todos da Região Norte, temos obrigação de conhecer nossos índios e não precisamos receber orientação de ninguém nem direcionamento de voto”. O líder petista não se incomodou com o torpede e continuou a

apresentar seus argumentos contra a votação imediata.

ESTRATÉGIA

Para embargar a votação, a oposição preparou várias estratégias. Tentou, em vão, derrubar o quórum da sessão na rejeição ao projeto que altera o

Imposto Territorial Rural (ITR). Fracassada a primeira tentativa, Rocha solicitou a votação do requerimento, apresentado por ele e outros deputados, de convocação do diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Navarrete Fernandez Júnior, para discutir os inci-

dentes ocorridos na exploração mineral em terras indígenas.

A mesa da comissão tentou evitar a votação do requerimento. José Genoíno apareceu na sessão e, na condição de líder do PT, pediu a palavra e convenceu os integrantes a aprovarem o requerimento com o apoio dos tucanos. “Com essa postura intransigente, os deputados favoráveis ao projeto estão aumentando a área de atrito”, argumentou o líder. Ele lembrou que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), prometeu às lideranças indígenas não votar nada em relação ao assunto antes de examinar o Estatuto do Índio que está parado na Câmara desde 1994.

Aprovada a convocação de Miguel Navarrete, o líder petista apresentou um requerimento sugerindo que a votação do projeto fosse adiada por cinco sessões. Os oposicionistas usaram o Regimento Interno da Câmara para mostrar que a convocação estava vinculada ao projeto. A oposição defende que o Congresso aprove em primeiro lugar o Estatuto do Índio que também trata da mineração em terra indígena, para depois analisar qualquer assunto em relação a essas áreas.



RECURSO

Genoíno foi a arma da oposição



EMPRESAS

Romero Jucá é o autor do projeto

Muitos os pontos polêmicos no projeto

A proposta que provocou tanta polêmica na Comissão da Amazônia prevê pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas, permitida pela Constituição desde 3 de outubro de 1988. Sem a lei que regulamenta a atividade, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) susta todos os requerimentos de exploração mineral em área destinada aos índios. O projeto de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR) permite a exploração por empresas, em concorrência pública, e também a garimpagem apenas pelos indígenas. É uma tentativa de acabar com a atividade irregular dos garimpeiros.

Durante a sessão da Comissão da Amazônia, o deputado Ricarte de Freitas observou que a terra indíge-

na está sendo explorada irregularmente e que o Congresso tem que regularizar a situação. Mas a exploração mineral assusta os defensores da causa indígena. “É uma coisa perigosa. Nem o DNPM nem a Funai teriam o controle das várias empresas que atuam nas áreas indígenas”, explica Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental (ISA).

O projeto estabelece que a autorização para exploração continua sob o controle do Congresso Nacional. Mas o Poder Executivo ou as empresas interessadas podem provocar a autorização. Os critérios, as condições econômicas, sociais e ambientais terão que constar no edital. Ele será elaborado pelo DNPM e pela Funai, com base em parecer técnico de área apta à mine-

ração e laudo antropológico. A proposta determina pagamento aos índios pela ocupação do solo e participação nos resultados da lavra, que não poderá ser inferior a 2% do faturamento bruto.

PONTOS POLÊMICOS

Santili destaca que o projeto de Jucá é semelhante ao capítulo do Estatuto do Índio que trata da exploração mineral — que também depende de votação pela Câmara — com alguns pontos polêmicos. Ele cita como exemplo a destinação de parte dos recursos dos índios para uma caderneta de poupança. “Eles só poderão usar o rendimento. O uso do dinheiro fica subordinado à Funai ou ao Ministério Público”.

Outra regra incluída na proposta

legaliza apenas os requerimentos apresentados antes da Constituição. Segundo o integrante do ISA, esse instrumento era uma tentativa de manter a exploração sob o controle de grandes mineradoras. Santili reconhece que a atividade do garimpo irregular reduziu muito. “Na década de 80 se falava em 20 mil garimpeiros na área Yanomami. Hoje fala-se em 2 mil”.

Além da área Yanomami (AM e RR), o instituto tem informação de que existe atividade irregular nas áreas Saterê (MT) e Caiapó no Pará. Mesmo sem a regulamentação existem garimpos indígenas informais, em pequena escala, no Alto Rio Negro (AM), Waiãpi (AP), Mundurucu (PA) e Raposa/Serra do Sol em Roraima.